

Perspectivas de acadêmicas indígenas no enfrentamento do racismo na universidade

Perspectives of indigenous academics in confronting racism at universities

Gilza Ferreira de Souza Felipe Pereira* 

Wagner Roberto do Amaral** 

RESUMO

O presente trabalho é resultado das sínteses do mestrado de uma pesquisadora *Kaingang* em coautoria com um pesquisador não indígena. Reflete parte da narrativa da autora enquanto mulher, mãe e pesquisadora, pertencente ao povo *Kaingang* e do diálogo com mulheres e acadêmicas Ava-Guarani. Intenciona refletir acerca do racismo vivenciado cotidianamente pelas mulheres indígenas nas universidades ao se constituírem pesquisadoras, intelectuais, protagonistas, sujeitas e autoras dos conhecimentos por elas produzidos. Esta inserção inaugura um momento inédito na história dos povos indígenas no Brasil e contribui para novas estratégias de resistência e fortalecimento das lutas dessas mulheres, propiciando maior visibilidade e reconhecimento das trajetórias das estudantes indígenas, formadas por universidades públicas, num contexto recente de constituição de políticas de ações afirmativas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada por meio de revisão bibliográfica, levantamento documental e pesquisa de campo pautada em diálogos com mulheres e acadêmicas indígenas da região oeste do Paraná, resultando na dissertação de mestrado da autora.

Palavras-chave: educação superior indígena; acadêmicas indígenas; mulheres indígenas; racismo.

ABSTRACT

This paper is the result of the synthesis of a Kaingang researcher's master's degree in co-authorship with a non-indigenous researcher. It reflects part of the author's narrative as a woman, mother, and researcher belonging to the *Kaingang* people and the dialogue with others Ava-Guarani women and academics. It aims to reflect on the racism experienced daily by indigenous women in universities as they become researchers, intellectuals, protagonists, subjects, and authors of the knowledge they produce. This insertion inaugurates a new moment in the history of indigenous peoples in Brazil and contributes to new strategies of resistance and strengthening of the struggles of these women, providing greater visibility and recognition of the trajectories of indigenous students, educated by public universities, in a recent context of affirmative action policies. It is a qualitative research, carried out through bibliographic review, documentary research, and field research based on dialogues with indigenous women and academics from the western region of Paraná, resulting in this author's master's dissertation.

Keywords: Indigenous higher education; indigenous academics; indigenous women; racism.

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2024.84194>

*Universidade Estadual de Londrina (UEL). Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, Londrina, RS, Brasil. E-mail: gilza_10@hotmail.com.

**Universidade Estadual de Londrina (UEL). Professor do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, Londrina, RS, Brasil. E-mail: wramaral@uel.br.

COMO CITAR: PEREIRA, G. F. S. F.; AMARAL, W. R. Perspectivas de acadêmicas indígenas no enfrentamento do racismo na universidade. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 55, pp. 133-147, maio/ago, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2024.84194>

Recebido em 31 de outubro de 2023.

Aprovado para publicação em 05 de março de 2024.

Responsável pela aprovação final: Monica de Jesus César.



© 2024 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Introdução

Este texto é resultado da experiência de uma das autoras do texto como mulher *Kaingang* e pesquisadora que passa a vivenciar a educação superior como espaço e território de luta e resistência, como também de superação do racismo, tendo em vista suas fortes marcas ainda nos nossos percursos. Resulta ainda dos diálogos e da coautoria entre a autora indígena com pesquisador não indígena, parceiro como orientador da pesquisa de mestrado.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada por meio de revisão bibliográfica, levantamento documental e pesquisa de campo pautada em diálogos com mulheres e acadêmicas indígenas da região oeste do Paraná, resultando na dissertação de mestrado da autora. A presente pesquisa está vinculada e se apresenta como um recorte do projeto de pesquisa “Os circuitos de trabalho indígena na educação e as trajetórias dos profissionais indígenas”, que conta com autorização da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) por meio do Parecer nº. 3.475.802, emitido no dia 30 de julho de 2019. Para garantir o anonimato das mulheres Ava-Guarani, estudantes de universidades paranaenses, seus nomes foram substituídos por outros nomes Guarani escolhidos por elas para a identificação dos seus relatos.

O presente texto, portanto, reflete parte da narrativa da autora enquanto mulher, mãe e pesquisadora, pertencente ao povo *Kaingang* e do diálogo com mulheres e acadêmicas Ava-Guarani, também acadêmicas na educação superior pública, que reunidos resultaram na dissertação de mestrado da autora. As andanças da autora indígena passaram a se encontrar com os percursos feitos por essas acadêmicas tendo dentre vários temas, a questão do racismo vivenciado cotidianamente nas universidades. Os povos indígenas não sofreram apenas com estereótipos caricatos sobre suas culturas e modos tradicionais de vida, mas também com o racismo cotidiano, pilar fundamental que estrutura a sociedade brasileira e nos desumaniza.

O racismo estrutural que permeia as construções sociais normatiza discursos e impõe nas instituições um processo formal pensado e organizado para a reprodução social da branquitude e para a garantia e permanência da estrutura hierárquica. Conforme Almeida, (2019, p. 47) “as instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos”. Ao longo de seu percurso histórico, o racismo reformula os discursos construídos em uma estrutura de poder que projetou uma sociedade moldada por padrão ideológico calcado em valores da negação do racismo e superioridade de uma raça sobre a outra.

Das vivências relatadas pelas acadêmicas indígenas, o racismo tem sido uma das mais perversas expressões de violência, subalternidade, desqualificação e exclusão a que convivemos. Por isso, as narrativas contextualizadas neste texto, em meio ao desenvolvi-

mento das políticas afirmativas no Brasil, se tornam ainda mais potentes, no sentido de indicar que tais políticas de afirmação de nossas presenças sejam também de enfrentamento permanente das diversas expressões do racismo.

Os povos indígenas continuam a existir e a protagonizar um levante contra os resquícios do período colonial, incluindo a busca incessante por direitos básicos e fundamentais, garantidos por um capítulo emblemático que diz respeito ao “Direito dos Índios” pelo Art. 231 e 232 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. É necessário se fazer um grande destaque: os indígenas não são mais tutelados pelo Estado ou qualquer organização não- indígena, são sujeitos plenos de direitos.

As acadêmicas indígenas que se expressam neste texto vivenciaram esse processo de ingresso e permanência na educação superior a partir da política estadual de educação superior indígena existente no Paraná desde o ano de 2002. Nesse contexto que emergem e passam a se constituírem novos sujeitos no universo indígena brasileiro e latino-americano, passando a ter acesso à educação superior e ao ambiente universitário enquanto estudantes, intelectuais, pesquisadores e profissionais indígenas.

Segundo Amaral (2010), essa nova categoria, denominada como estudantes ou acadêmicos indígenas, se constitui ineditamente a partir do seu duplo pertencimento, ou seja, afirmando seu pertencimento acadêmico e seu pertencimento étnico-comunitário, simultaneamente. Assim, os percursos empreendidos pelas sujeitas acadêmicas indígenas balizam os relatos e as análises que apresentaremos neste trabalho.

Nessa direção, a exposição do conteúdo foi estruturada em três tópicos. O primeiro trata da política de educação superior indígena que propiciou o ingresso e permanência de mulheres indígenas nas universidades estaduais paranaenses, indicando que essa inserção tem sido fundamental como instrumento de luta e resistência do povo indígena. O segundo tópico se debruça sobre a narrativa da pesquisadora indígena, coautora do artigo, no sentido de conferir centralidade à condição da mulher indígena como estudante da educação superior, pesquisadora, mãe e sujeita da própria história. Por fim, o terceiro tópico aborda os diálogos estabelecidos com as mulheres Avá-Guarani sobre o racismo estrutural e os desafios enfrentados por elas no cotidiano da educação superior.

A política de educação superior indígena: o ingresso e permanência de mulheres indígenas nas universidades estaduais paranaenses

Entendemos que refletir sobre o ingresso e permanência de indígenas na universidade e, principalmente, de mulheres indígenas alcançando esse nível da educação brasileira, tem sido fundamental como instrumento de luta e resistência.

Destacamos que o Paraná foi pioneiro no país em implantar uma política estadual de educação superior indígena de acesso a cursos e universidades convencionais (Amaral; Fraga; Rodrigues, 2016; Amaral, 2019a; Luciano; Amaral, 2021). A Lei Estadual n. 13.134 no ano de 2001, estabeleceu que cada universidade instituída ou criada pelo Estado deverá reservar anualmente três vagas para serem disputadas exclusivamente entre os indígenas integrantes das comunidades indígenas paranaenses. A referida lei foi alterada pela Lei n. 14.955, no ano de 2006, ampliando as vagas de três para seis, anualmente, em cada uma das sete universidades estaduais.

A primeira edição do Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná se realizou em fevereiro de 2002, inaugurando o ingresso de estudantes indígenas de todo o estado nas universidades estaduais e, a partir de 2005, também na Universidade Federal do Paraná. Importante destacar que o referido vestibular foi o primeiro desta natureza a ser realizado de forma específica para povos indígenas no Brasil.

Os diversos relatos de indígenas ingressantes e egressos das universidades sinalizam que este espaço possibilitou vivenciar outros conhecimentos e relações tanto sociais e acadêmicas como culturais, seja de nosso autorreconhecimento como indígenas ou mesmo de ocultação dessa condição, considerando as profundas situações de racismo estrutural ainda existentes na educação superior.

O racismo estrutural estabelece padrões que vão sendo incorporados nos espaços sociais, ou como Bourdieu (1989) afirma, o poder simbólico que permeia os campos sociais se materializa muitas vezes em forma de violências simbólicas, que embora não palpáveis, estão presentes no cotidiano. O racismo estrutural se materializa como forma de violência simbólica que afeta de forma desumana, elegendo e nominando seres mais humanos e menos humanos.

O racismo latino-americano é sofisticado o suficiente para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados dentro das classes mais exploradas graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento, tão bem analisada pelos cientistas brasileiros. Transmitida pelos meios de comunicação de massa e pelos aparatos ideológicos tradicionais, reproduz e perpetua a crença de que as classificações e valores da cultura ocidental branca são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca prova sua eficácia pelos efeitos da violenta desintegração e fragmentação da identidade étnica produzida por ele; o desejo de se tornar branco ('limpar o sangue', como se diz no Brasil) é internalizado com a consequente negação da própria raça, da própria cultura (Gonzalez, 2020, p, 143-144).

Para além do racismo vivenciado pelos estudantes indígenas, Luciano e Amaral (2021) destacam que muitas são as dificuldades e desafios de permanência na universidade, seja por questões associadas à insuficiência dos valores do auxílio permanência, seja

pelas ausentes e/ou inadequadas estratégias de acompanhamento pedagógico pelas distintas IES, ou pelas inúmeras fragilidades de escolarização básica que ainda enfrentamos.

Segundo registros da Comissão Universidades para Indígenas do Paraná¹, no ano de 2023, as Instituições Estaduais de Educação Superior (IEES) do Paraná contavam com 303 estudantes indígenas matriculados em sete universidades estaduais, sendo 118 homens e 134 mulheres, indicando que esse grupo se apresenta majoritário no espaço acadêmico. Importante considerar que a maioria das mulheres indígenas matriculadas é mãe. Do universo de estudantes, 58,7% são pertencentes à etnia *Kaingang*, 40,1% são pertencentes à etnia Guaraní e 1,6% pertencentes a outras etnias e/ou não informaram. Do total, 55,1% estão matriculados em cursos de licenciatura em educação.

Um outro dado importante é com relação aos graduados, sendo um marco histórico para os povos indígenas do Paraná. Segundo Relatório da CUIA (2020), até o ano de 2019 totalizavam 101 indígenas formados em seis IEES do Paraná, sendo que deste universo 65,3% eram mulheres e 34,7% homens. A maioria das egressas era constituída por mulheres *Kaingang* que, ao todo, representam 40,6%.

Esta realidade também se apresenta com a presença de pesquisadores indígenas do Paraná em programas de pós-graduação dentro e fora do estado. Segundo dados levantados e sistematizados² no Paraná, até o ano de 2021, dos 15 indígenas que alcançaram ingresso no mestrado, 10 são mulheres, havendo, contudo, apenas uma doutoranda indígena matriculada (no universo de quatro doutorandos indígenas). Tal presença e percurso na pós-graduação revela a necessidade de cotas neste nível formativo sendo algo que se impõe para todas as universidades no país, para impedir a exclusão étnica e racial e propiciar o diálogo intercultural e intercientífico.

Tais percursos sinalizam, de fato, a emergência de novos sujeitos no cenário das lutas e protagonismo dos povos indígenas na condição de “universitários indígenas”, “profissionais indígenas” e “pesquisadores indígenas”. Segundo Amaral (2010) e Amaral, Rodrigues e Bilar (2014), são novos sujeitos marcados pelo seu duplo pertencimento – acadêmico e étnico-comunitário, estabelecendo relações e mediações entre esses dois mundos, com o desafio de manterem seu vínculo orgânico com a luta histórica dos povos indígenas no Brasil.

Entendemos que esta nova realidade é reflexo das mudanças ocorridas após a criação de políticas sociais públicas voltadas aos povos indígenas, principalmente desde o ano de 2003. Destaca-se, neste processo, a instituição de políticas afirmativas, sendo uma

1 Tais informações foram coletadas pelos autores diretamente junto aos membros das CUIAs de cada Universidade Estadual do Paraná.

2 Tais dados foram levantados e sistematizados pela equipe do Projeto de pesquisa “Os circuitos de trabalho indígena e as trajetórias de profissionais indígenas na educação”, desenvolvido na UEL, contando com a participação dos autores.

reparação social diante da dívida histórica do Brasil para com as populações indígenas e negras, viabilizando seu ingresso e permanência em diferentes cursos de graduação e de pós-graduação no país. É urgente a necessidade da elaboração de legislações específicas que tratem exclusivamente da questão indígena, sobretudo, no campo da educação, sendo fundamental para a formação de novos educadores e profissionais indígenas.

Tais ações, experiências e iniciativas na educação superior implicam diretamente na (re)construção da história brasileira que passa a ser contada não aos olhos daqueles que impuseram os processos coloniais, mas, sim, pelos próprios indígenas em aliança com pessoas e organizações não indígenas, sendo os primeiros protagonistas diretos e verdadeiros guardiões, construtores e contadores das memórias de resistência nesse país. Assim, é fundamental que as narrativas indígenas estejam presentes neste território que demarca a produção acadêmica, por isso, contemplar nosso modo de olhar a educação superior como forma de enfrentamento do racismo.

As vivências na universidade sob a ótica de uma acadêmica e pesquisadora *Kaingang*

Enquanto um espaço fundamental de manifestação das situações racistas e de enfrentamento do racismo vivenciados cotidianamente na educação superior por acadêmicas indígenas, este artigo se propõe também a garantir as expressões próprias das mulheres indígenas implicadas na pesquisa realizada. Desse modo, toma centralidade no texto as narrativas da pesquisadora indígena coautora do artigo, possibilitando coerência ética e política à natureza deste trabalho.

Desta forma, enquanto acadêmica *Kaingang*, situada no contexto de uma política de educação superior indígena, faço parte do ainda insipiente universo de estudantes e profissionais indígenas matriculados ou egressos da graduação e que ingressaram na pós-graduação nas universidades públicas.

Início meu relato afirmando que, ao longo de décadas, nós, indígenas, que na maioria das vezes, fomos e ainda somos considerados como “objetos” de pesquisa, agora, aos poucos, estamos nos tornando pesquisadores(as) e protagonistas da nossa própria história. Temos escrito, a partir das nossas próprias vivências, a nossa realidade, por meio do nosso modo de ser, de viver, de educar, de comunicar, de se organizar, de acreditar em forças superiores, na nossa ancestralidade e no poder da natureza, na forma de se relacionar, de amar, de lutar e de sentir. Dessa maneira, é possível que, daqui a algum tempo, observemos grandes mudanças dentro dos mais diversos espaços onde nós, indígenas, começamos a atuar; talvez mais adiante a sociedade não nos reprima tanto quanto agora e nos respeitem como povo que sabe o que quer e onde quer estar.

Ingressei na Universidade Estadual de Londrina, no início de 2006, no curso de Direito.

A realidade do cotidiano da universidade para nós indígenas, tem sido tempos de descobertas, lutas e resistências. O modo de vida na cidade é o que mais me impacta, muito diferente do meu modo de vida na aldeia; aqui na cidade tudo é vendido, tudo tem preço, não fazem trocas como as que fazemos entre nós na terra indígena. O tempo é outro, tudo cronometrado, tudo agendado, com hora marcada. Na terra indígena, somos acostumados a nos encontrar de maneira mais espontânea, temos o hábito de nos visitar, não trancamos as portas de nossas casas. Desse modo, nos tornamos mais próximos, mais íntimos, mesmo que não tenhamos vínculo familiar, entendemos que todos são parentes.

Passado algum tempo, as primeiras dificuldades, inclusive financeiras começaram a aparecer e, muitas vezes, não conseguia suprir as necessidades cotidianas, como alimentação, transporte e moradia. Junto delas, também vieram as questões pedagógicas, os problemas em conseguir contemplar os conteúdos das disciplinas e acompanhar o curso, pois sempre estudei em escola pública e as dificuldades se escancarava dentro da sala de aula. Nos deparamos com estudantes não indígenas vindos de diferentes realidades, sendo parte deles oriundos de escolas particulares e com um ótimo índice de desempenho escolar, em presença de professores que dispunham de elevada titulação acadêmica sendo mestres, doutores e pós-doutores.

Nos diferentes espaços de lutas dos quais tenho participado, constata-se a existência de falas racistas, no que se refere às vagas indígenas e às cotas raciais, revelando o desconhecimento da dívida social e histórica deste país com o povo negro e o povo indígena. Esses relatos questionam que o nosso ingresso pode acarretar a queda no nível de qualidade dos cursos nas universidades. Neste espaço foi possível sentir toda a força do racismo e discriminação racial de diferentes pessoas; sentia que, em diversas vezes, o racismo acontecia motivado pela ignorância em não conhecer a realidade dos povos indígenas pela grande maioria daqueles estudantes e professores. Em vários momentos, manifestavam palavras que ofendiam a mim e ao meu povo, isso dentro do espaço acadêmico.

As dificuldades ainda hoje estão presentes na minha trajetória enquanto sujeito dessa realidade histórica e cultural. Após dois longos e difíceis anos vinculada ao curso de Direito, pedi transferência para o curso de Serviço Social, lugar em que fui me encontrando, a partir da leitura crítica orientada por essa graduação, e conhecendo estudantes e professores que passaram a amparar a minha trajetória acadêmica.

O desafio desse percurso ficara ainda maior com a chegada da minha primeira filha me acompanhando nas aulas, por muitas noites, sendo acolhida e embalada por diversos colegas e professores, sempre me respeitando no que se refere ao meu modo de vida no entendimento da criação e maternidade *Kaingang*.

Depois de ter conseguido concluir a graduação em Serviço Social, tive a oportunidade de trabalhar, no período de um ano, como profissional recém-formada, tendo vín-

culo como bolsista num projeto de extensão que desenvolveu processos de formação de gestores e professores das escolas indígenas na região norte do Paraná. Nesse projeto, atuei diretamente dentro das escolas estaduais indígenas e nas comunidades indígenas. Essa experiência foi fundamental, contribuiu para a minha formação profissional, mas, principalmente, para a minha formação pessoal, uma vez que retornava para minha comunidade e para a escola onde estudei como uma profissional que atuava na e pela universidade. Também, nesse tempo, chegara minha segunda filha, fazendo com que a vida e os estudos ficassem ainda mais desafiadores.

Na luta e na resistência de todos esses momentos e percursos, me deparei com a possibilidade de ingressar no mestrado. A pós-graduação para os povos indígenas é um tema muito contemporâneo, pois, no Paraná e no Brasil, são somente 22 anos de experiências de ingresso e permanência de estudantes indígenas nas universidades, enquanto política pública. Dessa forma, incorpo-me do direito em ser a primeira acadêmica indígena, pertencente à etnia *Kaingang*, a ingressar e concluir um curso de mestrado por um programa de pós-graduação da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Como relatei anteriormente, também não pensei muito no ingresso para o mestrado; as portas foram se abrindo, com certeza, os longos anos de graduação mais a excelente experiência do projeto de extensão possibilitaram essa inclusão.

Outro fator essencial nesse processo, foram os projetos de pesquisa e de extensão voltados à questão indígena. Tornei-me mestranda contemplada por uma bolsa vinculada a um projeto de pesquisa interinstitucional e interestadual financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Ensino Superior (CAPES). Esse projeto teve por objetivo investigar e sistematizar as históricas situações de conflitos e as expressões de resistência política, cultural, linguística e territorial da população Avá-Guarani, fundamentalmente, na região da fronteira oeste paranaense. Ao focar na análise das trajetórias de mulheres Avá-Guarani – foco da minha dissertação –, senti ainda mais minha ancestralidade indígena, com a tarefa de construir conhecimentos que contribuam para a visibilidade afirmativa dos povos indígenas no Paraná e no Brasil, bem como para o fortalecimento de nossas lutas e da nossa resistência.

No começo da pandemia do Sars Covid-19, nasce minha terceira filha, para afrontar e descolonizar ainda mais o ambiente universitário. Estou lutando para dar conta da maternidade e das minhas lutas pela universidade. Minha luta *Kaingang* ancestral. As minhas filhas que nasceram nesse espaço de luta acabam sendo minha força. Mas é essencial ter confiança em quem está do meu lado, meus professores, meu orientador. Professores da Comissão Universidade para Indígenas - CUIA, colegas, parentes *Kaingang* e Guarani que estão presentes na minha vida materna. Nesse sentido, vou interrogando o sistema, pois, na maioria das vezes, os desejos de muitas mulheres/mães são interrompidos por essa falta de entendimento de que a maternidade e a vida acadêmica podem andar juntas.

O ingresso no doutorado foi possível por meio da Resolução CEPE/UEL n.034/2021, de 01 de julho de 2021, sendo uma política de reserva de vagas para indígenas, negras/os e pessoas com deficiência nos programas de pós-graduação na UEL, onde permaneço pautando e discutindo a questão indígena. Ainda com o avanço das políticas afirmativas, sinto falta de ver mais estudantes indígenas e negros ocupando esse espaço. Adquirimos aqui novas maneiras de aprendizado, mas também trazemos nossos conhecimentos, ciências, tecnologias e ancestralidade para partilhar com todos.

Dentre todo esse processo, resalto que voltei várias vezes para terra indígena, era lá, e continua sendo, o meu primeiro refúgio, o lugar onde sempre quero estar, porque ainda é lá onde os meus ancestrais estão. É de lá também que trago toda minha força, minha vivência e a minha história. No entanto, a universidade é o lugar onde, ultimamente, mais permaneço. Consequentemente, onde quero continuar pertencendo, pois, durante os longos anos de vida acadêmica, tenho aprendido que este também pode ser o nosso lugar.

Nesse caminho, encontrei diversas trilhas que me levaram para muitos outros lugares, também abri alguns atalhos, que foram alguns anos de idas e vindas entre a chão da aldeia e o asfalto da cidade, mas a resistência e a resiliência continuam permeando esse caminho. Dentre esses percursos percorridos, destaco os encontros e diálogos com várias outras acadêmicas indígenas, mulheres que, como eu, passam a ocupar ainda mais a universidade na perspectiva de reconhecê-lo como também território indígena e, portanto, sem racismos.

Ser mulher indígena no enfrentamento do racismo na educação superior

Na pesquisa de mestrado realizada junto às mulheres Avá-Guarani³, lideranças que estavam estudando na universidade, pude me reconhecer e dialogar intensamente com elas sobre o racismo estrutural e os desafios vivenciados por elas no cotidiano na educação superior. Nos relatos das mulheres, muitas vezes, elas manifestaram a experiência de segregação/*apartheid* por parte de outros acadêmicos que se recusam a conversar e, também, por parte de docentes que acreditam que os estudantes indígenas não devem estar na universidade (Pereira, 2019; Pereira, 2021). Torna-se fundamental, então, compartilhar seus relatos para que suas vozes também ecoem neste texto.

3 Todas elas são residentes de terras indígenas, pelos Guarani, chamados de “Tekohas”, não demarcados localizados na região Oeste do Paraná. Por serem territórios em processo de retomada, o conflito fundiário na região se apresenta bastante intenso e com profundas expressões de racismo e violência por parte de fazendeiros contra as comunidades indígenas nestas localidades.

Na faculdade, do próprio professor, ele era muito preconceituoso, falava mal dos indígenas, dos negros. Não sei se ele fingia que não sabia que eu era indígena, ele fingia achar que eu era paraguaia, ele falava um monte de coisas feias assim, sobre nós indígenas. Falava dos gays, dos negros, falava muito mal [uma pausa, um choro silencioso]. [...] eu presenciei alguns preconceitos por parte dos professores, quando me perguntaram se eu sabia falar português, esse tipo de comentário preconceituoso que sempre presenciamos” (Kunha Yva’i, 2020 *apud* Pereira, 2021, p. 122).

As presenças negra e indígena na universidade evidenciaram o que passamos a reconhecer como racismo estrutural. Mato (2019, p.5) reflete sobre este fenômeno afirmando que:

Este problema, originado en el período colonial, continua vigente. Si bien en algunos países los comportamientos abiertamente racistas hacia estas personas y comunidades son menos habituales, existen desventajas históricamente acumuladas, mecanismos institucionales, prejuicios y prácticas que continúan reproduciendo inequidades. Las expresiones ‘racismo oculto’, ‘solapado’, ‘no visible’, ‘estructural’ y ‘sistémico’ permiten llamar la atención respecto de estos problemas.

Os relatos das entrevistadas demonstram que, séculos depois de iniciado o processo de colonização, ainda predomina socialmente o racismo em relação aos povos indígenas, mesmo no espaço da universidade, onde a difusão do conhecimento e o questionamento do senso comum devem ser imperativos. O racismo estrutural busca ferramentas para manter os privilégios da branquitude e manter as minorias raciais, como negros e indígenas, subjugadas e carregando diversos estereótipos negativos e formas de opressão que foram construídas historicamente no processo de colonização, exploração, escravidão e extermínio e isso se espalha nas instituições.

Segundo Santos, o racismo institucional se configura quando um órgão, entidade, organização ou estrutura social cria um fato social hierárquico. Esta hierarquia, manifesta em estigmas visíveis e espaços sociais privilegiados, privativos e reservados, não reconhece as implicações raciais do processo e, ao contrário, fortalece a clivagem entre raças superiores e inferiores.

O problema não é demonstrar a existência de ideologia e doutrinas que as pessoas utilizam para justificar suas ações. É no funcionamento da sociedade que o racismo se revela como uma propriedade estrutural inscrita nos mecanismos rotineiros, assegurando a dominação e a inferiorização [...] O racismo institucional gera hierarquias através de práticas profissionais rotineiras, ditas “neutras” e universalistas, dentro de instituições públicas ou privadas que controlam espaços públicos, serviços ou imagens (lojas, bancos, supermercados, shoppings, empresas de segurança privada) Santos (2013, p. 26).

Nesse espaço também é ainda muito difundido a ideologia da “democracia racial”, baseado em uma concepção da meritocracia de acesso à educação superior. Nessa ideologia é comum abordar a questão das cotas (para estudantes indígenas e negros) como uma “benesse”, desconsiderando a dívida histórica da sociedade brasileira para com as populações afrodescendentes e os povos indígenas.

Para Almeida (2019), o racismo se materializa como discriminação racial por seu caráter sistêmico, não é um ato ou conjunto de discriminação, mas é um processo em que as condições de privilégio e de subalternidade entre grupos raciais se reproduzem na política, economia e nas relações cotidianas. Para o autor, “é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo social ao qual pertençam” (Almeida, 2019, p. 32).

Isso foi evidenciado durante as visitas nos tekohas do oeste do Paraná e nos diálogos e relatos das mulheres indígenas, que as dificuldades se perpetuam em meio às expressões de racismo vivenciadas por elas no dia a dia, alicerçadas em diversos discursos discriminadores por parte da população não indígena das cidades daquela região que, orientados pelos interesses dos fazendeiros daquelas localidades, dão sustentação, inclusive, aos assassinatos de indígenas (Pereira, 2019).

As pessoas que não conhecem as comunidades indígenas têm muito preconceito da gente. O pessoal de fora, eles não procuram saber da realidade de nós indígenas e das comunidades, eles agem e acham que estão fazendo certo. Então houve vários tipos de preconceito e desrespeito com nós, principalmente, mulheres indígenas e não indígenas também porque sempre teve e continua esse tipo de coisa (Kunha Takua, 2020 *apud* Pereira, 2021, p. 124).

Nesse sentido, entendo ser de fundamental importância a formação de professoras indígenas para atuar nas escolas indígenas numa perspectiva crítica e intercultural propiciada no ambiente universitário. Pela minha vivência, enquanto estudante da escola da comunidade indígena e depois da escola da cidade, reconheço que a educação escolar ofertada para nós, na maioria das vezes, não nos reconhecia como estudantes indígenas, não respeitavam nossas especificidades, nosso tempo e, principalmente, nossa identidade. Diversas vezes sofriamos racismo nesse espaço, pelo fato de sermos indígenas.

É importante ter uma escola dentro da comunidade também porque fora da terra indígena, na escola do branco eles sofrem preconceito, então nessa parte de ter uma escola dentro da terra indígena é importante. As crianças que estão na fase mais frágil que é do pré até o quinto ano, eles conseguem estudar dentro da terra indígena, ficar mais próximo da sua comunidade. Nessa trajetória, percebemos o quanto é importante ter uma escola estadual dentro da comunidade para que o estudante consiga terminar o ensino médio e para que não tenhamos muitas desistências. Porque a escola fora da aldeia tem muito preconceito (Kunha Yva'i, 2020 *apud* Pereira, 2021, p. 131).

Atualmente, a inserção de escolas estaduais indígenas dentro das comunidades vem mudando essa realidade. As escolas das terras indígenas estão sendo reconhecidas, principalmente quando os profissionais são indígenas, pois eles conhecem as dificuldades a serem enfrentadas no cotidiano das comunidades. Por isso, é fundamental o papel da universidade na formação dos professores indígenas, pois, como afirma Amaral (2019b), a presença indígena e afrodescendente interroga a educação superior e possibilita o enfrentamento ao racismo.

Assim como na universidade, a escola também se tornou um lugar de luta e, ao mesmo tempo, um lugar de prestígio perante a comunidade indígena, fazendo com que muitos dos universitários e professores indígenas que ali trabalham se tornem, de alguma maneira, lideranças no espaço escola. Consequentemente, dentro e fora da comunidade, eles se destacam na produção de documentos e/ou na própria luta pela melhoria e valorização da educação escolar indígena numa perspectiva antirracista.

Avançar na desconstrução do racismo que permeia toda a sociedade e que atravessa nossos corpos não tem sido tarefa fácil. Nós Povos Indígenas lutamos e resistimos todos os dias desde a invasão em 1500 para continuar existindo. E, nesse último século, temos sido cada vez mais protagonistas da nossa própria história.

Considerações finais

Na atualidade, ainda convivemos com o profundo desconhecimento sobre a realidade dos povos indígenas, bem como dos aspectos essenciais dos seus diferentes modos de vida e de organização social, fato este que perpetua visões preconceituosas sobre nossas populações.

O texto intencionou expor diálogos com mulheres Avá-Guarani universitárias e as vivências da pesquisadora indígena e coautora deste trabalho enquanto mulher *Kaingang*, sinalizando o processo de resistência política do grupo étnico, nas universidades e refletindo as diversas expressões de racismo existentes neste espaço formativo. O texto evidencia não somente os resultados da pesquisa acadêmica realizada, mas, sobretudo, o compromisso conjunto e constante para visibilizar afirmativamente as lutas dos povos indígenas dentro e fora das universidades.

Assim como as demais universitárias indígenas no país, as mulheres indígenas passam a protagonizar as recentes políticas afirmativas dos povos indígenas na educação superior brasileira, destacando o ineditismo do Paraná por ser pioneiro a implantar uma política de ingresso e permanência em universidades públicas no Brasil. Apesar das fragilidades e desafios ainda existentes, é importante evidenciar o avanço das políticas educacionais voltadas aos povos indígenas, seja na educação básica e superior, abrindo possibilidades para diversos espaços profissionais, seja provocando mudanças nas realidades e nos coletivos indígenas.

A presença das mulheres indígenas nesse processo tem sido imprescindível no fortalecimento das suas identidades étnicas, culturas, línguas, costumes, crenças e, principalmente,

das memórias ancestrais e na resistência dos seus povos e comunidades. Presença que denuncia, de forma coletiva, as diversas marcas históricas da exploração capitalista sobre os povos indígenas, seja pela constante usurpação dos seus territórios, seja pelas expressões patriarcais, machistas e racistas que insistem em desqualificar estes povos como sujeitos.

Apenas quem sofre violência consegue dimensionar as consequências que essas ações impõem sobre as condições de existência, pois, a desapropriação, o silenciamento e a invisibilização de um povo racializado constituem uma violência extrema. Para tanto, registramos a palavra da pesquisadora e psicóloga Guarani Geni Nunez (Longhini, 2021, p. 66), “os povos indígenas vêm sendo invisibilizados desde a colonização na própria casa-território”. Essa invisibilização ocorre de diferentes maneiras e atende a diversos projetos político-econômicos e interesses coloniais, a qual alimenta o avanço e atualiza o racismo.

Entendendo que a universidade também é território indígena, as incursões realizadas por meio da pesquisa nos tekohas da região oeste do Paraná e nos diálogos com as mulheres Avá-Guarani demonstraram os desafios por elas vivenciados, assim como a sua bravura, pois, na atualidade, os corpos das mulheres indígenas continuam sendo mortos e violentados na nossa própria terra, na nossa própria casa.

Ser mulher indígena, sobretudo em uma região em constante conflito por questões fundiárias, é um grande desafio. As mulheres Avá-Guarani lutam pelo ingresso e permanência na educação superior pública e, conseqüentemente, por uma formação profissional, livre do racismo que teima subalternizar a todas nós. São mulheres que lutam pela educação escolar indígena bilíngue, intercultural, diferenciada, específica e comunitária, conclamando toda a comunidade a participar desse espaço e afirmando a importância da educação e formação antirracistas.

A discriminação racial se baseia em relações de poder e na aplicação da força bruta, sem as quais não é possível subalternizar, subordinar e subjugar pela raça. A força também está presente nos processos de poder simbólico que normatizam as violações, os preconceitos e produzem uma “norma” de comportamentos que são vantajosos para uma grande parcela de pessoas que, mesmo inconscientemente, se beneficiam do racismo e das violências simbólicas.

Em contraposição a essas violências, os povos indígenas estão cada vez mais ocupando espaços na esfera política, na educação, nas universidades, assumindo o papel de protagonistas, enquanto sujeitos históricos e desenvolvendo o senso crítico em relação a imagem construída pelo colonizador. O indígena contemporâneo questiona a hegemonia da visão eurocêntrica sobre sua história, pesquisa científica e literatura. O racismo estrutural sustenta as formatações ideológicas de poder na sociedade. A perspectiva do colonizador culmina com a negação da nossa existência e do racismo contra os nossos corpos. Assim, a presença indígena na educação superior, fundamentalmente das mulheres indígenas, interroga a universidade e pode provocar neste espaço ações antirracistas e, portanto, anticapitalistas.

Contribuições dos/as autores/as: Os autores participaram integralmente na concepção, elaboração e revisão do manuscrito.

Agradecimentos: Não se aplica.

Agência financiadora: Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética: A presente pesquisa está vinculada e se apresenta como um recorte do projeto de pesquisa “Os circuitos de trabalho indígena na educação e as trajetórias dos profissionais indígenas”, que conta com autorização da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) por meio do Parecer nº. 3475.802, emitido no dia 30 de julho de 2019.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Referências

ALMEIDA, S. L. de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019. 264 p. (Feminismos Plurais / Coordenação de Djamila Ribeiro).

AMARAL, W. R. *As trajetórias dos estudantes indígenas nas Universidades Estaduais do Paraná*: sujeitos e pertencimentos. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.

AMARAL, W. R. Comissão Universidade para os Índios (CUIA) do Paraná: uma experiência inédita de ação interinstitucional de política pública de educação superior indígena no Brasil, In: MATO, D. (Org.), *Educación superior y pueblos indígenas y afrodescendientes en América Latina*: colaboración intercultural: experiencias y aprendizajes, Sáenz Peña: Universidad Nacional Tres de Febrero, 2019a.

AMARAL, W. R. A presença indígena e afrodescendente interroga a educação superior e possibilita o enfrentamento ao racismo. *Colección Apuntes*, (4), Cátedra UNESCO Educación Superior y Pueblos Indígenas y Afrodescendientes en América Latina, UNTREF. 2019b.

AMARAL, W. R.; FRAGA, L.; RODRIGUES, I. C. (Org.). *Universidade para indígenas*: a experiência do Paraná. Rio de Janeiro: FLACSO, 2016.

AMARAL, W. R.; RODRIGUES, M. A.; BILAR, J. A. B. Os Circuitos de Trabalho Indígena: Possibilidades e desafios para acadêmicos e profissionais Kaingang na gestão das políticas públicas. *Revista Mediações*, Londrina, v. 19, n.2, 2014, pp. 129-145. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/issue/view/1065>. Acesso em: 10 fev. 2024.

BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil SA, 1989.

COMISSÃO UNIVERSIDADE PARA OS ÍNDIOS (CUIA). *Relatório do vestibular dos povos indígenas*. 2020. Disponível em: http://www.seti.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-03/relatorio_vestibular_indigena.pdf. Acesso em: 10 fev. 2024.

GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar. 2020.

LONGHINI, G. D. N. Da cor da Terra: Etnocídio e Resistência Indígena. *Revista Tecnologia e Cultura* – Rio de Janeiro – Edição Especial. 2021.

LUCIANO, G. J. S.; AMARAL, W. R. Povos indígenas e educação superior no Brasil e no Paraná: desafios e perspectivas. *Integración y Conocimiento*, Córdoba, v.2, n.10, p.13-37, 2021. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/integracionyconocimiento/article/view/34069>. Acesso em: 10 fev. 2024.

MATO, D. A. Racismo y Educación Superior en América Latina. *Colección Apuntes*, (1), Cátedra UNESCO Educación Superior y Pueblos Indígenas y Afrodescendientes en América Latina, UNTREF. 2019.

PEREIRA, G. F. S. F. *Mulheres Avá-Guarani no Oeste do Paraná: a educação superior indígena enquanto espaço de resistência*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social), Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2021.

PEREIRA, G. F. S. F.; AMARAL, W. R.; Relatando uma experiência de pesquisa e de luta no movimento social indígena, vivenciada por uma estudante indígena na pós-graduação. In: AMARAL, W. R.; ICHIKAWA, E. Y. (Org.). *Conflitos e resistências para a conquista e demarcação de terras indígenas no Oeste do Paraná: os caminhos e as expressões do fortalecimento das lideranças e da cultura Guarani*. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019.

SANTOS. I. A. A. dos. *Direitos humanos e as práticas de racismo*. Brasília: Edições Câmara, 2013.